



## Editorial

### Sindicato x política x eleições

As eleições chegaram mais uma vez. Com certeza, a eleição mais importante da história do Brasil. Em nenhuma outra, a diferença entre os projetos em disputa foram tão profundas. Mas, afinal de contas, o que o Sindicato tem a ver com isso? O Sindicato tem partido? O Sindicato tem candidato? São perguntas que se fazem e que realmente precisam ser feitas.

É um direito do bancário e da bancária fazer essas e outras perguntas àqueles que foram eleitos para representar e defender os direitos, os salários e as condições de trabalho de uma categoria. E os sindicatos respondem, pois a resposta não traz nenhum segredo e, mais do que nunca, é muito simples e até um pouco óbvia. Não. Os sindicatos não têm partido. Não. Os sindicatos não têm candidato. Mas sim, os sindicatos têm lado e o lado dos sindicatos é o lado da classe trabalhadora. E sim, os sindicatos têm como primeira tarefa a defesa da categoria representada.

Mas os direitos de uma categoria não se limitam a salários e condições de trabalho. Os sindicatos também precisam defender os integrantes de sua categoria enquanto cidadãos e cidadãs, que possuem direito a serviços públicos de qualidade em todas as áreas (educação, saúde, segurança e etc) e também a instituições sólidas, que garantam o direito e a cidadania, como judiciário e legislativo.

E é por isso que, a cada eleição, o jornal Pactu se dedica a analisar os projetos dos principais candidatos da disputa. Para ajudar o eleitor a comparar e fazer sua escolha. Nesta edição, a página 4 é totalmente dedicada ao processo eleitoral deste ano de 2022. Leia com atenção e vote de acordo com suas convicções.

PS: sindicato não tem partido, mas sindicalista pode ter partido, sim. E pode ter time de futebol ou outra preferência. A liberdade de escolha é o pilar fundamental da democracia e da convivência em sociedade. Temos certeza que todos somos capazes de entender isso.

### Santander fecha acordo, não antecipa PLR, mas adianta adicional do VA



O banco Santander respondeu à solicitação do movimento sindical e vai adiantar para o dia 30/09, o pagamento do adicional de R\$ 1.000 de vale alimentação, conquistado na Campanha Nacional dos Bancários. O valor poderia ser creditado até o final de outubro. No mesmo dia, o banco pagará a primeira parcela da PLR e as remunerações variáveis do primeiro semestre, além dos salários já reajustados em 8%. **Página 3**



### Privatização leva a demissões e desmonte de planos de saúde e de previdência

**Página 2**

### Novas denúncias de assédio e ferra dos cartões na Caixa

**Página 3**

### Entenda o que muda com a dispensa das perícias do INSS, com a nova lei

**Página 2**



# BANCOS PÚBLICOS SOB ATAQUE

**INVESTIMENTO  
PÚBLICO**

## Privatização leva a demissões e desmonte de planos de saúde e de previdência

Quando um banco público é privatizado, o que vem na sequência é desastroso: primeiro a destruição de direitos trabalhistas, depois uma grande onda de demissões e, em seguida, o desmonte de planos de saúde e de previdência. O alerta é feito pela Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e pela Contraf-CUT, apontando como exemplos a privatização do Banestado, no Paraná, e do Banespa, em São Paulo, ocorridas há 22 anos. Na época, a promessa era aumentar investimentos, expandir e modernizar a economia, mas isso não aconteceu.

Vale lembrar que o histórico de privatizações de empresas públicas mostra que, praticamente em todas as empresas vendidas, ocorrem demissões em massa e ataques aos planos de saúde e de previdência complementar, reduzir as contribuições e compromissos das empresas patrocinadoras. O mesmo processo de desmonte que esses dois bancos sofreram antes da sua liquidação, se repete hoje com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil. Isso serve como um grande alerta, diz a CEBB.



Acesse e leia mais

## Entenda o que muda com a dispensa das perícias do INSS, com a nova lei

Com a publicação da Lei 14.441/22, no dia 05/09, no Diário Oficial da União, em substituição à Medida Provisória 1113, o INSS passou a adotar novas regras para a concessão do auxílio por incapacidade temporária (B31). A nova lei dispensa a perícia médica federal presencial para a obtenção do benefício, o que, teoricamente, deveria agilizar a sua concessão, mas acaba dificultando ainda mais a vida dos trabalhadores. O movimento sindical vê as mudanças como mais um ataque aos direitos da classe trabalhadora. A perícia médica presencial possibilita maior chance de comprovar a ligação entre a doença e a atividade profissional, bem como amplia a possibilidade da concessão do benefício acidentário (B91). Este benefício garante estabilidade de 12 meses após a cessação do benefício e recolhimento do FGTS durante o afastamento. O movimento sindical orienta agendar a perícia médica presencial, em caso de acidente do trabalho ou doença profissional.



Acesse e leia mais

## Anapar debateu ataques contra fundos de pensão

Em seminário virtual realizado no dia 16/09, a Associação Nacional dos Participantes de Previdência Complementar (Anapar) debateu a retirada de patrocínio e outros ataques contra os fundos de pensão. O evento contou com a participação de especialistas, como José Ricardo Sasseron, ex-presidente da Anapar e ex-diretor eleito de Seguridade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) e Fabiano Silva dos Santos, advogado e professor universitário. Eles revelaram como o sistema tem sido desconstruído por dentro, com resoluções e outras normas que visam fragilizar a previdência complementar fechada. Entre os ataques estão as tentativas de alterar as leis complementares 108 e 109, propostas ano passado pelo IMK-ME, grupo que reúne entidades do Mercado de Capitais e do próprio Ministério da Economia. Os esforços da Anapar e outras entidades do setor apontam no sentido de enfrentar esses ataques e garantir as conquistas e os direitos acumulados pelos associados e associadas dos fundos de pensão complementar.

# Negociação com o Santander foi encerrada com vitórias



As negociações entre a representação dos funcionários e o banco Santander, para a renovação do Acordo Coletivo específico dos trabalhadores do banco, foram encerradas no dia 14/09. A redação final do acordo traz mais pontos positivos do que negativos, mas ainda será avaliada pelas assembleias dos trabalhadores, marcadas para dia 22/09.

Entre os pontos positivos estão: reajuste do valor das bolsas de graduação e pós-graduação pelo INPC em 2023 e 2024, PPRS 2022, reajustado em 8%, que será pago em fevereiro de 2023 em parcela única no valor de R\$ 3.355,73 (em fevereiro de 2024, será pago o valor reajustado pelo INPC do período, mais 0,5%), manutenção das faixas de renda do PPRS, além de inclusão de cláusula de repúdio à violência contra as mulheres onde o banco se compromete a apoiar bancárias vítimas de violência e termo de relações laborais para prevenir e coibir o assédio moral e sexual, entre outros.

## A LUTA CONTINUA!

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander lembrou que as negociações “foram muito duras” e que o banco negou-se a atender alguns pontos importantes da pauta, como o fim das terceirizações, por exemplo. Por isto, a COE avisa que a categoria vai continuar mobilizada para forçar uma mudança na posição do banco.

## Banco espanhol não antecipa a PLR

O Santander ocupa o final da fila e é o único banco a negar o pagamento antecipado da PLR aos seus empregados. O banco espanhol anunciou que irá creditar o pagamento somente no dia 30/09, último prazo estipulado pela Convenção Coletiva assinada com a Fenaban. A Contra-CUT chegou a argumentar que a antecipação do pagamento daria uma ajuda importante para os bancários, fazendo com que esses recursos chegassem mais rápido em diversos segmentos da economia. No entanto, o Santander demonstrou que não está preocupado com isso. O banco alega que precisa de mais tempo para fechar os cálculos da remuneração variável referentes ao primeiro semestre. Para o movimento sindical, essa justificativa não é plausível.

## CAIXA

### NOVA DENÚNCIA

## Banco é usado em propaganda política

A direção da Caixa Econômica Federal mudou, mas muitas práticas continuam as mesmas. Uma delas é a utilização do banco como instrumento de campanha política para o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição. A Contraf-CUT denunciou que a direção da empresa utilizou evento de divulgação dos números da política Caixa Pra Elas, no dia 12/09, para, mais uma vez, fazer campanha explícita em favor de Bolsonaro.

Desta forma, a atual presidenta da Caixa, Daniella Marques, repete o que o ex-presidente, Pedro Guimarães, fazia cotidianamente. A Contraf-CUT observa que o banco chegou a suspender o perfil das redes sociais para não divulgar notícias que pudessem ser caracterizadas como propaganda eleitoral e continua com a mesma prática. É clara a tentativa de angariar o voto feminino para o atual ocupante da Presidência da República, ao divulgar políticas sociais para as mulheres, somente agora, às vésperas das eleições. “Por que essas políticas não foram implementadas desde o início do governo?”, questiona a Contraf-CUT.



Acesse e leia mais

## A 'farra dos cartões' mantém assédio moral

Mesmo após as denúncias de assédio sexual e moral na Caixa Econômica a página ainda não foi virada no banco. A gestão assediadora continua, em especial na Caixa Cartões. De acordo com as denúncias enviadas aos sindicatos e à Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), a pressão e o assédio continuam para que os empregados atinjam metas inalcançáveis. Segundo as denúncias, os empregados vêm sendo obrigados a empurrar produtos que muitas vezes não têm qualquer utilidade para os clientes e servem apenas para entregar as metas cada vez mais absurdas. Segundo a Fenae, a 'farra dos cartões' tomou um volume tão grande que a empresa recebe 200 cartões e basta ativar um cartão para automaticamente todos emitidos pontuarem na meta. “Este desrespeito traz prejuízos para os empregados, para os clientes, para o banco e para o país”, denuncia a entidade.

# ELEIÇÕES 2022

## Quem é melhor para o Brasil

O país está a menos de duas semanas para a realização do primeiro turno das eleições presidenciais de 2022. Como em 2018, a disputa está polarizada entre os candidatos Lula, do PT, e Bolsonaro, do PL. Também como naquele ano, o petista lidera todas as pesquisas de opinião pública. A única diferença agora é que não tem a Lava-Jato e nem o juiz Sérgio Moro para interferir na disputa, com o uso do judiciário para atuação política. Desta vez o julgamento será feito pelo voto popular e democrático. Analistas políticos afir-

mam que esta pode ser uma das eleições mais importantes do país desde a sua redemocratização. A população vai escolher entre dois projetos de governo completamente distintos. Tanto Lula quanto Bolsonaro já foram testados na Presidência da República e, se o futuro do Brasil depende do resultado dessas eleições, é muito importante lembrar as diferenças de ações, experiência, propostas e postura que separam os dois candidatos. Confira alguns pontos importantes entre um e outro governo:

### COM LULA

Reduziu a dívida pública de 76% para 61% do PIB

Reduziu a inflação de 12,5% para menos de 6%

O PIB cresceu na média de 3,7% ao ano

Aumentou o valor do salário mínimo em mais de 100% ao longo de oito anos

Em oito anos, criou mais de 15 milhões de vagas com carteira assinada, deixando o país com pleno emprego em 2010

Reduziu a desigualdade social, com 22 milhões de pessoas saindo da pobreza extrema

Suas ações possibilitaram a ascensão de 25 milhões de pessoas para a classe média

Aumentou o investimento em educação de R\$ 18,1 bilhões, em 2003, para R\$ 54,2 bilhões, em 2010. Criou o Prouni, o Fies, implantou 173 campi universitários e 18 universidades federais, beneficiando quase 6 milhões de estudantes, sobretudo das classes C e B, em todo o país

Sob governo Lula, o Brasil foi o país que mais vacinou contra H1N1 pelo sistema público. Foram imunizados 80 milhões de brasileiros em apenas três meses

Segundo o Inpe, durante o governo Lula, a taxa de desmatamento na Amazônia brasileira desacelerou mais de 80%

### COM BOLSONARO

A Dívida Pública está em quase R\$ 6 trilhões

Inflação acima dos 10% por vários meses

PIB de 2021 foi um dos mais baixos do Ocidente: 4,8%

Salário mínimo está há 3 anos sem aumento real

Desemprego: 9,5%

33 milhões de pessoas passando fome  
60% dos brasileiros em insegurança alimentar

A classe média diminuiu ao seu menor patamar

Os investimentos na educação regrediram 15,3% ao ano, nos últimos 3 anos. Orçamento das universidades foi cortado e o ensino público perdeu qualidade, aumentando o analfabetismo

Recusou 11 vezes ofertas para compra de vacina contra a covid-19. O atraso na vacinação foi responsável por milhares de mortes pela doença.

Com Bolsonaro, a área desmatada na Amazônia teve um aumento de 52,9%, em média, nos últimos 3 anos